



Análise das secas no Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais com base em registros de viajantes e memorialistas dos séculos XIX e XX

An analysis of droughts in the Jequitinhonha and Northern Minas Gerais, Brazil, based on the records of travel writers and memoirists from the 19th and 20th centuries

Rodolfo Ribeiro de Souza * 

Eduardo Magalhães Ribeiro * 

Flávia Maria Galizoni * 

Patrícia Oliveira Correia ** 

Resumo

Este artigo analisa as relações entre populações rurais e secas nas porções norte e nordeste de Minas Gerais, com base em registros de viajantes e cronistas, além de narrativas de memorialistas que escreveram sobre essas regiões do início do século XIX ao final do século XX. Adota procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental, analisando relatos que se concentraram nas manifestações do clima na vida cotidiana, na produção e no espaço, descrevendo seus efeitos e respostas que fundamentaram as narrativas, posteriormente incorporadas aos discursos sobre as secas. Depurando alguns mitos e alicerçando recorrências mais sólidas, procura esboçar um cenário de longo prazo que possibilita compreender esse fenômeno que está se tornando cada vez mais frequente e duradouro em consequência das mudanças do clima. O artigo expõe um breve panorama sobre secas no Brasil, para em seguida apresentar a metodologia que orientou os levantamentos e justificou os recortes espaço-temporais, as técnicas empregadas e as fontes da pesquisa; por fim, analisa os registros das secas, os efeitos sobre as sociedades, as ações e as omissões coletivas, destacando as interpretações correntes do fenômeno. Revela que, desde o início do século XIX, as secas foram objeto de interesse de populações rurais, que desenvolveram técnicas de convívio; o setor público, entretanto, demonstrou maior dificuldade em compreender a complexidade do fenômeno e em se antecipar às suas consequências mais graves.

Palavras-chave: Semiárido; clima; memória; políticas públicas.

* Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Ciências Agrárias. Montes Claros, MG, Brasil.

E-mails: rodolfo@hot.com; eduardo@macuni.com; flaviagalizoni@yahoo.com.br

** Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território. Montes Claros, MG, Brasil. E-mail: patriciamileno@gmail.com

Abstract

This article examines the relationships between rural populations and droughts in the northern and northeastern regions of Minas Gerais, Brazil, based on records from travelers and chroniclers, as well as narratives by memoirists who wrote about these regions from the early 19th century to the late 20th century. It adopts bibliographic and documentary research procedures, analyzing accounts that focused on the manifestations of climate in everyday life, production, and space, describing their effects and the responses that grounded narratives later incorporated into discourses on droughts. By refining certain myths and establishing more solid recurrences, the article outlines a long-term overview that enables an understanding of this phenomenon, which is becoming increasingly frequent and prolonged as a consequence of climate change. The article presents a brief overview of droughts in Brazil, then introduces the methodology that guided the research framework and justified the spatiotemporal scope, the techniques employed, and the research sources. Finally, it analyzes records of droughts, their effects on societies, collective actions and omissions, highlighting prevailing interpretations of the phenomenon. It reveals that, since the early 19th century, droughts have been a subject of interest for rural populations, who developed techniques for coexistence; the public sector, however, has shown greater difficulty in understanding the complexity of the phenomenon and in anticipating its most severe consequences.

Keywords: Semi-arid; climate; memoir; public policies.

Introdução

As secas deixam sinais nas paisagens, nas memórias, nos registros e em diversas fontes de informação, que podem ser interpretadas para a reconstrução da história das condições climáticas, características naturais, aspectos socioeconômicos e respostas sociais. Esses momentos podem revelar desigualdades e conflitos, mas também concepções, normas, costumes, aprendizados e saberes que conformam as relações entre sociedades e natureza. Os registros de secas são, portanto, oportunidades para compreender como as sociedades se relacionam com o clima e a natureza.

No começo do século XXI partes do Jequitinhonha e do Norte de Minas Gerais estão sujeitas a secas duradouras que interferem no cotidiano. No imaginário social, as secas sempre foram empecilhos à vida nessas regiões, dando base à distribuição desigual de rendas, às disputas por recursos e à instauração de conflitos. Filmes, músicas, poesias, contos e peças de teatro retrataram as secas a partir de efeitos desastrosos, como fome

generalizada, migração, violências, conflitos e mortes, contribuindo para reforçar uma visão homogênea do Semiárido como espaço de crises frequentes.

Entretanto, os registros de secas nessas regiões revelam concepções distintas, diferentes relações com o fato climático e conhecimentos localizados que demonstram formas plurais de atravessar esses períodos. Adotando procedimentos de pesquisa bibliográfico e documental, este artigo analisa os registros feitos por memorialistas, viajantes e cronistas sobre as manifestações de secas nos séculos XIX e XX, do Jequitinhonha e do Norte de Minas Gerais, seus efeitos e respostas, ponderando as construções discursivas, sociais e políticas.

A seguir, o artigo apresenta a metodologia, justificando os recortes espaço-temporais, as técnicas e fontes da pesquisa, expõe um breve panorama sobre as secas no Brasil, analisa os registros regionais das secas, os efeitos nas sociedades, as ações e as omissões do Poder Público.

Metodologia

A delimitação espacial das áreas secas de Minas Gerais variou muito ao longo do tempo, perdeu continuidades e ganhou polarizações. Por isso, não foi possível usar divisões político-administrativas contemporâneas, que são insuficientes para compreender os locais com ocorrência de registros de secas (Garnero, 2018).

Até o início do século XX, a extensa faixa territorial de Minas Gerais compreendida entre o rio Paracatu (a noroeste) e o rio Doce (a leste), tomando como limites estaduais as divisas com Goiás, Bahia e Espírito Santo, era geralmente denominada por viajantes e memorialistas como um vago “Norte” de Minas. No correr do tempo, da ocupação e do planejamento espacial para o desenvolvimento, essa área se fragmentou em termos de identidade e denominação, para ser convertida gradativamente em territórios distintos que variaram e variam ao longo dos séculos XX e XXI, dependendo da época, do interesse institucional, do imperativo político e do objetivo de recorte espacial.

Considerando essas especificidades, foi usado neste artigo um recorte espacial que compreende as áreas que em 2025 são definidas como Jequitinhonha e Norte de Minas. É uma opção por empregar termos, significados e identidades contemporâneos, do século XXI, para abarcar a maior parte do Semiárido mineiro. Esse recorte toma como limites

linhas imaginárias que, ao Sul, partem de Diamantina ao rio Jequitai e a Pirapora, seguem a Oeste o curso do rio Urucuia até as divisas com Goiás; a Norte, acompanha as divisas de Minas Gerais com a Bahia; e a Leste, se orienta pelas divisas do vale do Jequitinhonha com a Bahia, os vales dos rios Mucuri e Doce. Esse é o espaço que contém os registros analisados; no entanto, é limitado e sofre reparos pontuais ao longo do estudo, uma vez que os memorialistas e viajantes se deslocaram, fizeram comparações e anotações que às vezes, por serem preciosas, foram incorporadas ao estudo.

A respeito dos limites temporais, as informações mais remotas sobre os períodos de seca no Jequitinhonha e Norte de Minas estão nas obras de viajantes europeus que percorreram as regiões no início do século XIX. Antes, a Coroa Portuguesa vetava a entrada nas áreas de mineração, mas a partir de 1814-1815 o Brasil passou a receber visitantes como Saint-Hilaire, Mawe, Spix e Martius. Esta literatura foi o ponto de partida da coleta de informações. Descrevendo a mesma região, existe uma vasta literatura de memória que cobre de meados a fins do século XX, marco terminal de informações coletadas para este estudo.

No delineamento do objeto de pesquisa foram empregados os procedimentos de pesquisa bibliográfico e documental (Gil, 2008), para analisar criticamente os dados e informações fornecidos pelas obras selecionadas na bibliografia, consideradas não apenas como textos, mas como documentos históricos dotados de intencionalidade, contexto e valor interpretativo. Não se recorreu a arquivos públicos ou fontes oficiais.

Para operacionalizar a pesquisa, o foco se concentrou nos relatos de memorialistas, viajantes e cronistas, com consulta adicional a alguns trabalhos de pesquisadores. Memorialistas, viajantes e cronistas coletavam informações a partir do contato direto, com registro de aspectos socioeconômicos, ambientais, do cotidiano, das vivências e do relacionamento com a natureza. A subjetividade das observações é uma crítica recorrente que esses autores recebem. Mas, na verdade, esses relatos costumam mesmo se recusar à objetividade, pois integram as observações colhidas às próprias memórias. Aliás, qualquer documento tem certo grau de subjetividade, pois não há percepção isenta de lembrança (Bosi, 1979). Por isso, lidar com essas fontes exigiu precauções, como buscar compreender os processos socioculturais de inserção do observador, as percepções apresentadas nas narrativas e a persistência de informações

qualificadas. Usando esses cuidados e procedimentos, por exemplo, Sérgio Buarque de Holanda (1994) descreveu a cultura das águas brasileiras no período colonial.

Para localizar as fontes, foram consultados catálogos de bibliotecas especializadas em Minas Gerais (“Mineirianas”) que existem no (i) Instituto Cultural Amílcar Martins (ICAM), cujo acervo, por ser o maior e mais organizado, foi referência para seleção de bibliografia; (ii) Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais; (iii) Biblioteca Municipal Dr. Antônio Teixeira de Carvalho, do Centro Cultural Hermes de Paula em Montes Claros; (iv) Biblioteca da Universidade Estadual de Montes Claros; (v) Biblioteca do Sertão, da Universidade Federal de Minas Gerais, em Montes Claros, e (vi) Biblioteca Mineiriana da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, em Belo Horizonte.

Levantado o conjunto de obras que fazia referência à área de pesquisa, foram encontrados 145 livros físicos disponíveis nas bibliotecas supramencionadas, focados, exclusivamente ou não, na área delimitada. Essas obras foram consultadas, lidas, fichadas pelos autores de acordo com os objetivos propostos, de modo a inserir todos os registros relacionados nos temas do estudo. No entanto, as citações sobre a temática deste artigo renderam 43 fichas, uma vez que 102 obras abordavam as águas, a vida e costumes das regiões, mas não faziam qualquer referência às secas. Dessas 43 fontes, 32 foram produzidas por memorialistas, 6 por viajantes, 3 por cronistas e 2 por historiadores; 37 foram escritas por homens e 6 por mulheres. Foram fichados 12 livros sobre o Jequitinhonha, 28 sobre o Norte de Minas e 3 sobre ambas as áreas.

Tomando por base o número de obras temáticas lidas e fichadas (43) e considerando as duas regiões, a primeira metade do século XIX foi comentada em aproximadamente 39,53% do acervo pesquisado; a segunda metade do século XIX foi abrangida por cerca de 60,47%; a primeira metade do século XX está referida em 65,12% dos livros, e 55,81% das obras tratam da segunda metade do século XX. Evidentemente uma mesma obra compreendeu mais de um período. Assim, os recortes espacial e temporal foram suficientemente contemplados pela pesquisa.

Secas no Brasil

A chuva escassa distribuída de maneira irregular no tempo e no espaço, além de períodos de estiagem severa, são características do Semiárido, que interferem na oferta

de água, na produção agrícola e na disponibilidade de alimentos (Silva *et al.*, 2020). Contudo, o termo “seca” expressa um fenômeno complexo, que pode ser definido a partir de várias características e índices. Geralmente é usado para denominar um período prolongado de baixas precipitações em determinada área, fato climático frequente e comum, que ocorre em praticamente todas as zonas do planeta (Brázdil *et al.*, 2018). O critério socioeconômico também costuma ser utilizado para acentuar a gravidade da seca, principalmente em países com forte desigualdade social como o Brasil – e talvez seja o mais importante, já que a renda auferida pela população sujeita à seca, mesmo em anos bons de chuva, costuma ser muito baixa (Gomes, 2001).

As secas recebem diversas classificações na bibliografia técnica. Podem ser absolutas (deficiência no volume das precipitações anuais) e relativas (distribuição irregular das chuvas); parciais (apenas em alguns estados ou regiões) ou totais (todo o espaço estudado); meteorológicas (redução de precipitação em comparação com a média histórica e avaliação em conjunto com outros fatores meteorológicos, como umidade ou vento); hidrológicas (há pequena e bem distribuída precipitação, mas falta água em cursos de águas, reservatórios ou aquíferos); agrícolas/verdes (também chamadas de relativas, quando existem chuvas mal distribuídas, que descasam do calendário de cultivo e provocam a falta de água para crescimento das plantas); efetivas (baixa precipitação); e socioeconômicas (efeitos negativos provocados na sociedade) (Gomes, 2001; Brázdil *et al.*, 2018). Essas são apenas algumas das classificações existentes, que evidenciam a complexidade de conceituação e definição de um período como sendo de seca.

Gomes (2001), alertando que os dados podem estar subestimados, afirma que ocorreram ao menos 85 anos de seca no Nordeste brasileiro nos séculos XVIII, XIX e XX, de modo que a constância da seca é uma regra, e não exceção. É um acontecimento frequente, antigo, repetitivo e geralmente econômica e socialmente impactante no Brasil.

Fome, migração e saque sempre foram associados às secas brasileiras, mas os denominados “sertões” pouco importavam para a civilização litorânea até o século XVII. No século XVIII foram inauguradas as representações ao governo com pedidos de ajuda, em razão dos relatos de mortes de pessoas, dizimação do gado e migração, sobretudo quando os emigrantes do “sertão” chegavam ao litoral (Gomes, 2001).

Já no século XIX ocorreu a grande seca de 1877/1879, na qual teriam morrido mais de quinhentas mil pessoas só no Ceará, fazendo com que relatos de fome e pobreza se espalhassem pelo país. O período marca os primeiros debates sobre a necessidade de “obras contra a seca”, os ensaios iniciais e pouco exitosos de construir açudes, e por se cogitar, pela primeira vez, a transposição do rio São Francisco. No século XX são relatadas devastações de rebanhos, atravancamento de estradas por migrantes e flagelados que demandavam alimentos. Foi no século passado, especialmente após a década de 1940, que se esboçou a ação governamental mais permanente a respeito da seca, e a partir de então rarearam os registros de morte humana, embora persistam relatos de fome, perdas generalizadas da produção e pobreza (Gomes, 2001).

Campos (2014) periodizou as secas com base no histórico de políticas públicas. Segundo o autor, foram cinco períodos: (I) defrontando-se com as secas (1583-1848), no qual se noticiava os acontecimentos relacionados às secas, mas não existiam políticas públicas, já que a Coroa Portuguesa culpava a própria população pelos efeitos associados às condições climáticas; (II) a busca do conhecimento (1849-1877), período em que ocorreram intensos debates públicos sobre as secas; (III) a hidráulica da solução (1877-1958), décadas em que a seca foi reconhecida como um “problema nacional”, principalmente por causa da grande seca de 1877-1879, iniciando-se então as primeiras ações e os posicionamentos efetivos em torno de uma política pública, com foco principal na açudagem; (IV) a busca do desenvolvimento regional (1959-1991), quando buscou-se repensar as políticas contra as secas, sobretudo por causa das ideias de Celso Furtado e do debate internacional sobre desenvolvimento sustentável e necessidade de criação de uma política de gestão das águas; (V) a gestão de águas e o desenvolvimento sustentável (a partir de 1992), período de significativa mudança, com foco no ambiente e no combate à pobreza, desenvolvendo-se políticas de gerenciamento das águas.

A abordagem baseada nas “obras contra a seca”, com a criação de frentes de trabalho e medidas emergenciais, prevaleceu no correr dos séculos XIX e XX. O Estado brasileiro reagia às secas tardiamente com ações emergenciais, geralmente apenas depois que o custo político da omissão se tornava elevado, e as abandonava tão logo caíam as primeiras chuvas. As principais ações do Poder Público foram frentes de trabalho, caminhão-pipa, distribuição de alimentos e crédito emergencial (Gomes, 2001). Mesmo no

século XXI, Silva *et al.* (2020) identificaram que a maioria dos gastos públicos com seca no vale do Jequitinhonha era com caminhão-pipa - medida emergencial que não tem natureza permanente e é mediada por gestores municipais que podem usar a técnica para fins políticos, enquanto medidas duradouras, mais eficazes, bem avaliadas e emancipatórias recebiam investimentos menores. As despesas com ações imediatas e emergenciais, ocupantes da maior parcela do orçamento, estimularam conflitos e o clientelismo.

Investimentos públicos no combate às secas foram seletivos e intensificaram desigualdades, não sendo acompanhados de melhoria dos indicadores sociais. As ações emergenciais contra a seca apenas começaram a ser criticadas com a aceitação de novas posturas já no final do século XX, com a percepção da manutenção dos problemas sociais e das disputas de concepções de desenvolvimento do Semiárido (Silva, 2006).

Nesse sentido, segundo Silva (2006), existem três concepções que buscam nortear as políticas governamentais e as práticas sociais de intervenção na realidade do Semiárido brasileiro: I) combater a seca e seus efeitos; II) aumentar a produção e a produtividade econômica, sobretudo com base na irrigação; III) conviver com o Semiárido, combinando a produção apropriada com a qualidade de vida da população local. Para o autor, as duas primeiras se pautam na exploração econômica, na visão tecnicista e fragmentada da realidade local e nos ganhos políticos, enquanto a proposta de convivência com o Semiárido harmonizaria justiça social, prudência ecológica, eficiência econômica e cidadania política.

As soluções propostas dependem de como o problema é construído social e discursivamente. Segundo Cunha (2020), no Semiárido, historicamente, a problemática do acesso às águas tem sido enquadrada nos termos da escassez de água ou crise hídrica, o que implica em pensar na falta ou pouca quantidade de água disponível em uma área com baixas médias pluviométricas e estiagens recorrentes. Reforça-se, assim, o paradigma da oferta, em detrimento do paradigma distributivo. Segundo o autor, mesmo com o desenvolvimento da ideia de convivência com o semiárido, em oposição ao combate à seca (ambos limitados), prevaleceu a naturalização da escassez de água como parte de um ambiente semiárido, dificultando o enquadramento da questão em termos distributivos.

Ressalte-se, contudo, que o Semiárido não é homogêneo, sendo que cada local guarda suas particularidades, de modo que diferentes populações atravessam as secas de formas distintas.

Registros regionais das secas

Com análise sistemática de relatos de memorialistas e viajantes, foi possível construir um Quadro de registros das secas dos séculos XIX e XX. As informações podem ser consultadas no Quadro 1.

Não foram incluídos relatos de estações regulares de estiagens anuais, o “tempo da seca”, geralmente de maio a outubro, por serem períodos regulares que ocorrem anualmente, e que podem ou não ser acompanhados de atrasos na chegada das chuvas. São compreendidos como secos períodos prolongados sem precipitação, que vão além da estação regular anual e, portanto, mereceram registro por parte dos autores em virtude da excepcionalidade (Neves, 1908a; Neves, 1919).

O Quadro 1 não deve ser interpretado como rol taxativo de todas as grandes secas. Na verdade, as informações consolidadas indicam apenas os registros de períodos de secas feitos por viajantes e memorialistas constantes da bibliografia pesquisada. Deve ser considerado que, no momento de planilhar as informações, embora tenha se buscado corrigir as confusões ou generalizações imprudentes, em muitas obras o “Norte” de Minas Gerais se identifica como grande região que abrange municípios que posteriormente foram considerados integrantes do Noroeste, Mucuri e Jequitinhonha – território que nem sempre foi identificado de forma individualizada. Assim, é possível, por exemplo, que a “Seca de Quarenta” ou a “Fome de Sessenta”, dentre outras secas, tenha afetado também moradores do que se denomina no século XXI como Jequitinhonha.

É preciso esclarecer ainda que não necessariamente toda a extensão territorial das regiões lidou com as secas identificadas no Quadro 1. As informações significam que existiram relatos generalizados de memorialistas e viajantes sobre impactos associados a estiagem prolongada ou a distribuição irregular das chuvas em determinados locais. É perfeitamente possível, por exemplo, que Miranda (1997), vivendo em Taiobeiras, tenha relatado seca em determinado período, mas que outras áreas do Norte de Minas não atravessassem estiagem prolongada ou vivenciassem os mesmos efeitos noticiados.

Algumas secas são parciais, como as de 1959 e 1971, que parecem estar mais localizadas na microrregião de Salinas. Outras são totais, atingindo o Jequitinhonha e o Norte de Minas, bem como o Semiárido brasileiro, a exemplo das secas de 1889-1890 e 1898-1900, também identificadas por Tschudi (2006) e Neves (2008) na Bahia, por exemplo.

Quadro 1 – Histórico das secas do Jequitinhonha e Norte de Minas

Período	Regiões afetadas	Identificação regional	Fontes das informações
1809	Jequitinhonha e Norte de Minas	Fome de/dos Nove	Santos, 1868; Neves, 1908a; Veloso, 1974; Oliveira, 2008
1814	Jequitinhonha e Norte de Minas	--	Santos, 1868; Saint-Hilaire, 1975
1817-1819	Jequitinhonha e Norte de Minas	Seca de Dezenove	Neves, 1908a; Neves, 1908b; Veloso, 1974; Saint-Hilaire, 1975; Tschudi, 2006
1829-1830	Norte de Minas	Seca de Trinta	Neves, 1908a; Neves, 1919; Veloso, 1974
1833-1834	Jequitinhonha e Norte de Minas	Ano da Fumaça	Santos, 1868; Neves, 1908a; Paula, 1957; Veloso, 1974; Brasil, 1983; Lisboa; Lisboa, 1992; Miranda, 1997
1838-1840	Norte de Minas	Seca de Quarenta	Neves, 1908a; Veloso, 1974
1859-1860	Norte de Minas	Era/Fome de Sessenta Em Salinas, 1860 foi considerado o Ano da Fumaça	Neves, 1908a; Veloso, 1974; Lisboa; Lisboa, 1992
1878-1880	Norte de Minas	--	Neves, 1908a; Neves, 1908b; Paula, 1957; Miranda, 1997
1889-1890	Jequitinhonha e Norte de Minas	Fome de Noventa, Seca da Noventinha ou Noventona	Neves, 1908a; Neves, 1908b; Morley, 1942; Arno, 1951; Paula, 1957; Pereira, 1969; Veloso, 1974; Brasil, 1983; Pavie, 1988; Lisboa; Lisboa, 1992; Miranda, 1997; Cotrim, 2000; Marques, 2007; Oliveira, 2008
1898-1900	Jequitinhonha e Norte de Minas	Era/Fome dos Nove (1899)	Neves, 1908a; Neves, 1908b; Pereira, 1969; Veloso, 1974; Lisboa; Lisboa, 1992; Miranda, 1997; Moraes, 1998; Machado, 2002; Marques, 2007
1904	Jequitinhonha e Norte de Minas	--	Neves, 1908a; Pereira, 1969
1909	Norte de Minas	--	Neves, 1919; Miranda, 1997
1919	Norte de Minas	--	Neves, 1919
1929-1932	Jequitinhonha e Norte de Minas	--	Braz, 1977; Duarte, 1972; Sol, 1981; Miranda, 1997
1938-1939	Jequitinhonha e Norte de Minas	--	Paula, 1957; Brasil, 1983; Lisboa; Lisboa, 1992; Miranda, 1997; Moraes, 1998; Souza, 2001; Sol, 1981
1959	Norte de Minas	--	Miranda, 1997
1971	Norte de Minas	--	Miranda, 1997
1974-1976	Jequitinhonha e Norte de Minas	--	Brasil, 1977; Poel, 1981; Miranda, 1997; Marques, 2007
1985-1991	Norte de Minas	--	Ribeiro, 1988; Ribeiro, 2010
1995-1996	Norte de Minas	--	Miranda, 1997

Fonte: Tabela elaborada pelos autores com base na bibliografia referenciada.

Contudo, nas narrativas, as secas do Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais costumam ser identificadas mais pela falta de produção de alimentos e fome do que por quaisquer outros critérios. Isso ocorre sobretudo no século XIX, podendo ser classificadas, portanto, como secas agrícolas ou verdes, e, em um segundo momento,

como secas socioeconômicas. Até algumas das denominações atribuídas às secas apontam essa classificação: “Era/Fome de/dos Nove”, “Era/Fome de Sessenta” e “Fome de Noventa”. Assim, a crise na produção e no abastecimento alimentar associados às estiagens e/ou a irregularidades das chuvas é mais importante que o volume de precipitação para definir um período como “seca”, o que resulta em distintas percepções sobre periodicidade das secas, mesmo em lugares próximos uns dos outros.

Embora as duas regiões costumem ser associadas às secas periódicas, o número delas identificadas no Jequitinhonha – 10 - é metade daquelas registradas no Norte de Minas - 20. Isso não significa, necessariamente, que um lugar tenha passado mais que o outro por períodos prolongados de estiagem severa, pois, como visto, o Quadro 1 apresenta apenas os períodos registrados na bibliografia pesquisada, e a bibliografia sobre o Jequitinhonha é substancialmente menor que aquela produzida sobre o Norte de Minas Gerais. Contudo, pode indicar que outros fenômenos que aconteceram com mais frequência nessa região, e/ou que foram associados a impactos tão sérios como os das secas, despertaram mais o interesse de memorialistas e viajantes, a exemplo das inundações que ocorreram no vale do Jequitinhonha.

No Norte de Minas foram identificadas seis grandes secas entre 1800 e 1849, e quatro entre 1850 e 1899. Já no século XX, foram cinco nas primeiras cinco décadas e cinco nos cinquenta anos restantes. Portanto, foram dez secas em cada século, totalizando vinte períodos nas vinte décadas dos séculos XIX e XX, ou seja, na média ocorreu ao menos uma seca por década. Ademais, foram 21 anos de seca no século XIX e 22 anos no século XX, totalizando 43 anos de estiagens prolongadas e/ou chuvas irregulares com impactos sociais em dois séculos. A média, 21,5 anos, é mais reduzida, mas se aproxima daquela encontrada por Gomes (2001) no Semiárido do Nordeste brasileiro: 28,3 anos por século.

A noção de que as secas são cíclicas e recorrentes é confirmada por relatos de viajantes e memorialistas do Jequitinhonha e Norte de Minas. Confirma-se também a percepção de conhecedores tradicionais sobre os anos terminados em “9” serem secos, como registram também vários autores, como Neves (1908a) e Miranda (1997). A informação está embasada no histórico dos registros das grandes secas. Com isso não se pretende afirmar que todas as secas ocorrem apenas nos finais das décadas, inclusive porque são relatados períodos prolongados de estiagem severa em 1814, 1833-1834,

1974-1976 e 1995-1996, conforme pode ser visto no Quadro 1. Na verdade, o que se observa é que no Norte de Minas dificilmente houve um ano terminado em “9” que não foi seco, tendo em vista que foram encontradas apenas cinco exceções: 1849, 1869, 1949, 1969 e 1979 - curiosamente, os anos 49 e 69 se repetem nos dois séculos.

Essa percepção de recorrência das secas foi analisada por Neves (1919) no início do século XX. O autor a tratava como parte de um fluxo natural, longo, contínuo e sazonal, que deve ser compreendido em largo prazo e usado como parte da estratégia de convívio com as estiagens. Antecipando-se ao que veio a se tornar norma de interpretação em fins do século XX, o autor destacou a positividade da natureza específica do semiárido – as virtudes produtivas da Caatinga e do “gerais”, a adaptação de plantas e animais, a sanidade do clima, e, sobretudo, enfatizou a necessidade de ação preventiva do Estado – uma perspectiva original, num período de predominância de ideias liberais. Neves (1919) concebeu a necessidade de planejamento por períodos decenais, nos quais existiriam anos bons e maus de chuva; em períodos chuvosos se deveria armazenar águas e safras, que depois seriam usadas nos períodos secos. Defendeu também a concepção de ciclos de 30 anos (“trintenários”) de seca, que se repetiriam e culminariam nas secas dos anos de finais “9” e “0”, sucedidos pela abundância nos anos terminados em “3”. Portanto, de acordo com Neves (1919), secas são eventos que não devem ser vistos, absolutamente, como desastres.

Efeitos e ações

Como visto, as secas do Jequitinhonha e Norte de Minas costumam ser identificadas mais por seus impactos sociais do que por índices de precipitação. De fato, são esses efeitos sociais que ficaram guardados na memória, inclusive porque costumavam permanecer por certos períodos após o início das chuvas, até que se reestabelecia a rotina das sociedades.

No Jequitinhonha, mas principalmente no Norte de Minas, uma parte da produção era irrigada: na segunda metade do século XIX, Sampaio (1937) observou próximo a Januária terrenos baixos alagados “bem lavrados” e com plantações de “vigor”; Neves (1908a, p. 282) destacou no início do século XX, na região de Rio Pardo de Minas, as plantações de cana em terrenos baixos inundados por “água de rega”, “em varzeadas alagadiças, nos brejos e nas beiras dos rios”, o que também foi registrado décadas depois

em Espinosa por Veloso (1974), que anotou o cultivo de cana de açúcar às margens dos rios Verde Pequeno, São Domingos, Canabrava e Galheiro e em Mamonas e Itamerim; Miranda (1936), viajando pelo rio São Francisco, observou lavoura em vazantes e em terrenos inundados às margens do rio e também em brejos das caatingas; Carvalho (1937) percebeu em 1936 que os moradores de Pirapora, São Romão, São Francisco, Januária e Manga colhiam alimentos plantados em brejos e levavam para as feiras dos sábados; Paula (1957) descreveu os sistemas de plantio por inundação que abasteciam Montes Claros; Bráz (1977) associou em São Francisco a produção agrícola às veredas, brejos e nascentes; Ferreira (2006) recordou dos plantios de arroz em vazantes e brejos de Várzea da Palma.

Como impactos de secas, os relatos mais frequentes são os desaparecimentos de fontes naturais de abastecimento. Com a seca, vinha a escassez de águas para produção de mantimentos, criação de animais e, por fim, consumo humano. Havia perda da lavoura de sequeiro e mortandade de gado, seguida por crise de abastecimento alimentar, aumento de preço dos produtos e fome; desocupação, precarização do trabalho ou labor em condições análogas à escravidão; acentuação de desigualdades sociais e de poder; mortes e migração. Em menor escala também são registrados casos de furtos, formação de grupos criminosos e prática de outros delitos, geralmente em busca de comida (Neves, 1908a; Paula, 1957; Esteves, 1961; Campos, 1998; Pires, 2001; Lobo, 2003; Tschudi, 2006; Neves, 2008).

Contudo, também foram desenvolvidas estratégias e formas de atravessar as secas, especialmente através da busca de alimentos em outras localidades, mobilidade espacial da população e transumância dos rebanhos. Buscavam alimentos em lugares distantes, se fazia a inclusão de novos elementos na dieta e se aprendia a estocar. Aproveitava-se áreas e terrenos geralmente negligenciados em tempos com chuva regular, bem como se valorizava ainda mais brejos e pântanos na produção (Neves, 1908a; Vianna, 1972; Neves, 2008).

Sempre é preciso considerar que os efeitos da seca eram distribuídos desigualmente, conforme as condições socioeconômicas dos atingidos. Desse modo, o relato de determinada situação em uma área não significava que todos os moradores estavam sendo afetados, ou que outras localidades da região estivessem vivendo situações semelhantes. Alguns locais são menos atingidos que outros, ainda que integrantes de um mesmo território, se tornando, portanto, os destinos intrarregionais de emigrantes e/ou os pontos centrais de redes emergenciais de abastecimento. O fato de memorialistas e

viajantes relatarem as crises sociais atreladas às secas não significa ausência de grupos pouco ou nada afetados, o que ocorreu principalmente com famílias que dominavam áreas dotadas de fontes perenes, brejos e outras dotações naturais, e sobretudo com famílias ricas, que por vezes podiam buscar recursos de outras formas e passar pelas estiagens com certa tranquilidade.

Ademais, secas são fenômenos naturais regulares, intrinsecamente não desastrosos, de modo que a responsabilidade pelos seus impactos está mais atrelada à forma de conceber o fato climático, às interpretações sobre o semiárido, às desigualdades existentes e às ações ou omissões do Poder Público. Ciente dessas importantes premissas, serão apresentados na sequência alguns dos relatos dos efeitos sociais específicos das secas descritas no Quadro 1, indicando, sempre que possível, os locais nos quais os autores fizeram as observações.

As sociedades nas secas

Apesar de apenas 1809 e 1814 serem considerados anos de seca nas duas primeiras décadas do século XIX, Santos (1868), memorialista de Diamantina, afirmou que, em razão da irregularidade das estações, faltaram alimentos de 1807 a 1814, ocasionando o aumento de preço dos produtos. Saint-Hilaire (1975), passando pelo Jequitinhonha e Norte de Minas, colheu relatos da perda de grande número de cabeças de gado, falta de águas e fome nesse período, sendo que muitas pessoas se nutriam de mel e frutos selvagens.

Neves (1908a) relatou que faltaram alimentos na “Seca de Dezenove” (1819) em Monte Azul, então Boa Vista do Tremedal, o que causou muitos prejuízos à população daquele local, mas que as chuvas chegaram no final do ano. Segundo o autor, a próxima seca, de 1829-1830 (“Seca de Trinta”), também teve escassez de produtos e fome, obrigando os habitantes a buscarem alimentos em áreas do Jequitinhonha que não viviam a mesma situação.

A seca de 1833-1834 ficou conhecida por “Ano da Fumaça”, existindo vários relatos de que o céu ficou coberto de uma fumaça seca que impedia a visibilidade. Neves (1908a) afirma que em Monte Azul esse fenômeno ocorreu por causa dos incêndios das matas, enquanto Ferreira (2006, p. 106 e 107) colheu na tradição oral montesclarensa a seguinte explicação:

O ano de 1834 ficou na tradição sertaneja com o nome do ANO DA FUMAÇA. Segundo ouvi, contado pelos antigos, que ouviram de seus pais e avós, o ano anterior fora de seca. E 1834 começou com chuvas fracas em fevereiro e março. E só. Quando foi por volta do mês de julho o tempo foi escurecendo, com uma fumaça seca tomando conta de tudo. Vieram os meses seguintes até novembro, e nada de chuva. Era um sequidão sem termo. O céu era de uma cor só, cinzento escuro. O sol era uma bola vermelha, sem brilho, a rondar o céu, onde o vulto das serras não se destacava no horizonte. Era tudo de uma cor só: cinza-escuro. As pessoas podiam encarar o sol a qualquer hora do dia, sem dano para a vista. No ar, nem a mais leve brisa. Um mormaço contínuo, dia e noite. E o povo a rezar e a fazer penitência, todo mundo achando que o mundo ia acabar.

Na época houve escassez de mantimentos, aumento de preço dos produtos, fome e mortes, sobretudo dos pobres. Isso ocorreu em Montes Claros, conforme registrado por Paula (1957) e Ferreira (2006), em Monte Azul, segundo Neves (1908a), e em Diamantina, de acordo com Santos (1868). Esta última, contudo, recebeu muitos emigrantes e procurou alimentar os flagelados e desimpedir lavras para empregar trabalhadores desocupados (Santos, 1868).

Segundo Neves (1908a) e Veloso (1974), a “Seca de Quarenta” alcançou Monte Azul, distritos e adjacências. Contudo, não existem relatos de grandes impactos sociais. Vianna (1972) afirma, inclusive, que 1839 foi um dos anos mais chuvosos para Montes Claros e outras áreas do Norte de Minas. Portanto, de acordo com a bibliografia pesquisada, a “Seca de Quarenta” parece ter sido localizada na microrregião da Serra Geral, com pouca repercussão social.

Em Salinas, 1860 é que foi considerado o “Ano da Fumaça”, em razão das características e impactos associados a seca. A “Seca de Sessenta” foi acompanhada de grande falta de alimentos, mortandade de animais, prejuízos e mortes pela fome e sede. Araçuaí, no Jequitinhonha, foi o destino de muitos que buscavam alimentos (Neves, 1908a; Lisboa; Lisboa, 1992). Na seca seguinte, 1878-1880, houve relato de fome por todo o Norte de Minas, principalmente para as populações pobres. Muitos migraram para Montes Claros em busca de socorro (Neves, 1908a; Neves, 1908b; Paula, 1957; Miranda, 1997).

Em 1889-1890, a chamada “Fome de Noventa”, “Noventinha” ou “Noventona”, foi muito registrada no Jequitinhonha e Norte de Minas, em razão da repercussão de graves efeitos sociais. O contexto nacional também não ajudava, pois praticamente todo o Semiárido brasileiro convivia com a mesma situação na época (Neves, 1908a; Neves, 1908b; Neves, 1919; Paula, 1957; Pavie, 1988; Gomes, 2001).

No Jequitinhonha e Norte de Minas foram registrados a falta de produção de alimentos, a perda de muitas cabeças de gado, o aumento dos preços e um estado de miséria, que atingia sobretudo os pobres - como comumente ocorria -, mas que também afetava os ricos, pois não se achava mantimentos nem para comprar. A quantidade de furtos e roubos cresceu consideravelmente nos centros urbanos e também nas zonas rurais, de modo que as prisões ficaram lotadas. Centenas de idosos, mulheres e crianças morreram de fome e/ou de sede, principalmente nas peregrinações pelas estradas. Famílias inteiras emigraram em busca de comida, se dirigiam a São Paulo, sendo muitos os relatos de grandes grupos que passaram pelas moradias pedindo ajuda. São João do Paraíso, Almenara, Joaíma, Jequitinhonha e Montes Claros foram alguns dos principais destinos nessas regiões. Em Montes Claros, inclusive, alguns proprietários de terrenos inundáveis conseguiram colheitas regulares que abasteceram o consumo interno com uma pequena sobra, apesar da seca (Neves, 1908a; Neves, 1908b; Neves, 1919; Arno, 1951; Paula, 1957; Morley, 1942; Pavie, 1988; Gomes, 1987; Marques, 2007).

Com a falta de alimentos, alternativas surgiram. Além de animais de qualquer tipo, como lagartixas, sapos, cobras e até urubus, por exemplo, um dos alimentos improvisados foi a farinha da medula do coqueiro macaúba ou de buriti. Na falta desses, raízes de mucunã, que embora saciassem os estômagos vazios, tinham gosto desagradável e eram tóxicas, capazes de produzir edemas e até a morte em alguns casos. Para o gado, sobravam outras plantas, como beldroega e mandacaru por exemplo (Neves, 1908b; Neves, 1919; Paula, 1957; Lisboa; Lisboa, 1992). Neves (1908a) e Veloso (1974), se referindo a Monte Azul e Espinosa, afirmaram que em anos de seca apareciam bandos de pombas que serviam de alimento nesses locais. Na Fome de Noventa, esse fenômeno tido por milagroso marcou as memórias das pessoas - “Milagre das pombas”:

Noventa tocava ao seu fim quando no maior rigor da penuria aparece um phenomeno prodigioso no districto de Lenções, entre Santa Anna e o rio Verde Pequeno, aturando mezes. Milhões de pombas das chamadas de banco, salvaram, com as suas carnes e com os seus ovos, da morte pela fome, centenaes de famintos que vagueavam cambaleantes pelas avermelhadas e poidas estradas do valle central, fenomeno esse que, causando verdadeira admiração á todos quantos o presenciaram, ficou conhecido por -milagre das pombas. Faziam lembrar as codornizes do deserto de que falla a Historia Santa (Neves, 1908a, p. 236 e 237).

O “Milagre das Pombas”, contudo, parece não ter socorrido a população de Salinas, que apesar de receber vários imigrantes, registrou casos de antropofagia. Arno (1951) e Paula (1957) anotaram que um grupo de indivíduos matava outras pessoas para comer. Inclusive, existiriam provas materiais do ocorrido, pois um dos canibais teria sido preso e morreu intoxicado.

Quando as sociedades começavam a se recuperar da “Fome de Noventa”, veio no final da última década do século XIX a “Era ou Fome dos Nove” (1898-1900). A exemplo da seca anterior, os efeitos atingiram o Jequitinhonha e o Norte de Minas, havendo registros de desaparecimento de nascentes e fontes naturais, perda da produção, mortandade do gado, escassez de alimentos, aumento do preço, fome, migração, doenças e mortes. Além de São Paulo e do Sul de Minas, Montes Claros, São João do Paraíso, Araçuaí e Itamarandiba foram alguns dos rumos mais buscados. Monte Azul chegou a perder 60% de sua população, por causa da emigração. As alternativas usadas para alimentação na “Seca da Noventinha” foram novamente utilizadas (Neves, 1908a; Neves, 1908b; Pereira, 1969; Veloso, 1974; Lisboa; Lisboa, 1992; Marques, 2007).

No século XX, o primeiro registro de seca é em 1904, relatando escassez de águas, secamento de nascentes e córregos, perda das lavouras, ausência de pasto para o gado e miséria. Os registros foram feitos no Jequitinhonha por Pereira (1969), e no Norte de Minas por Neves (1908a). As secas de 1909 e 1919 também foram associadas a falta de alimentos, fome e migração, principalmente para o sul de Minas e São Paulo (Neves, 1919). Em 1929-1932 a seca agravou a crise socioeconômica gerada pela Grande Depressão de 1929, de modo que os pobres ficaram sem trabalho, renda e condições de obter alimentos (Braz, 1977).

Em 1938 e 1939 ocorreu a seca mais comentada do século XX, com relatos de perda das lavouras, mortandade de gado, fome generalizada e mortes. Faltavam alimentos básicos e alimentos alternativos - como a beldroega, a coroa-de-frade e o ora-pro-nóbis - voltaram a ser opções. Montes Claros, que era ponto final dos trilhos da linha de ferro, se tornou uma das principais rotas de emigrantes que buscavam São Paulo. A cidade, então, foi povoada por pessoas com fome, chegando a abrigar mais de dez mil imigrantes. Parece ter sido para o Jequitinhonha e Norte de Minas o pior momento desde a “Fome dos Nove” (Proença, 1944; Paula, 1957; Sol, 1981; Brasil, 1983; Moraes, 1998; Souza, 2001).

Na segunda metade do século XX, rarearam os relatos dos efeitos das secas. Existem indicações que houve estiagem prolongada ou distribuição irregular das chuvas, sem muitos detalhes. As secas de 1959, 1971 e 1995-1996, por exemplo, repercutiram pouco na bibliografia. Em relação às secas de 1974-1976 e de 1985-1991, os principais relatos descreveram o secamento de fontes naturais, a escassez de águas, o desaparecimento de pastagens e a desestruturação da pecuária nas áreas atingidas (Brasil, 1977; Ribeiro, 1988; Marques, 2007).

Mas tão importante quanto conhecer os efeitos sociais das secas, é entender que, comumente, períodos de seca precedem bons anos de chuva, fartura e recuperação. Conforme afirmou Pereira (1969, p. 67) sobre o Jequitinhonha, “depois de dois ou três anos de estiagem, vem outros tantos de bom tempo e extraordinária fartura”.

Assim, após a primeira grande seca do século XIX, em 1809, ocorreram anos de chuvas abundantes. Depois da seca de 1817-1819, vieram anos chuvosos, especialmente 1821, considerado o “ano da fartura”. O mesmo ocorreu em 1861, após a “Fome de Sessenta”; em 1891, depois da “Fome de Noventa”, ano em que a recuperação também decorreu do regresso de trabalhadores endinheirados que haviam migrado para São Paulo, e ao término da “Fome dos Nove” (1898-1900). Além disso, as comunidades costumam aprender com as secas, desenvolvendo métodos e técnicas para remediar os efeitos sociais das próximas estiagens, como o armazenamento da safra e a elaboração de um planejamento produtivo, por exemplo (Neves, 1908a; Neves, 1908b; Neves, 1919).

O Poder Público nas secas

No século XIX, foram comuns as representações ao governo provincial com pedidos de ajuda, geralmente solicitando recursos para distribuir comida e abertura de postos de trabalho. Em Montes Claros, na seca de 1833-1834, fez-se uma lei para estimular a produção de alimentos e criar uma comissão específica para adquirir farinha de mandioca em outros locais, no intuito de combater a fome (Santos, 1868; Ferreira, 2006). Foram estabelecidos inclusive escolta policial e determinação de prisão para garantir que os mantimentos chegassem à cidade, segundo o relato replicado abaixo:

(...) Vaz Mourão, que estava no exercício de Vice-Presidente, "propôs que cada fazendeiro ou tropeiro entrasse com um burro arreado para o transporte de farinha do Guarutuba, ficando os contraventores sujeitos a trinta dias de prisão". A situação era grave e só a energia de um Vaz Mourão poderia produzir os resultados desejados. Eis como um inimigo político do Cel. Vaz Mourão 'critica a sua atuação enérgica: -"enviando a Câmara tropa para conduzir do Gurutuba mantimentos, com que acudisse a extrema carestia, a fome do povo, o Coronel Vaz, que também não estava abundante de viveres, em auxílio da condução ordenou três capitães das Companhias que enviassem cada um dez praças, e ao Major seu primo, expressamente, e por escrito, que prendessem à sua ordem, os que se opusessem à venda e compra de víveres na Gurutuba". E pergunta - "Seria isto dispotismo ou não?". Talvez as ordens tenham sido muito severas, mas a finalidade justificava perfeitamente a rudeza da ação. Em pouco tempo foram chegando os burros carregados de farinha... Causa interessante, a Câmara não quis concordar em pagar as despesas. A vista disso a comissão se demitiu, alegando não ser agradável representar uma Câmara que não desejava socorrer os pobres. Suspendeu-se a sessão por meia hora; nesse intervalo, como a Câmara não tivesse dinheiro, resolveram abrir uma subscrição popular, na qual assinaram todos os vereadores. E terminou o incidente (Paula, 1957, p. 75 e 76).

O relato mostra que a escassez de alimentos associada à seca era localizada, pois existiam alimentos disponíveis em lugares próximos. Houve proatividade pública, com adoção de medidas para a produção e obtenção de alimentos, mas a ausência de recursos no erário impactou a efetividade das ações.

Na seca de 1878-1880, Paula (1957) relatou que a Câmara Municipal de Montes Claros requereu ao Governo da Província auxílio material e a execução de obras que pudessem empregar os imigrantes. O pedido foi parcialmente atendido, pois embora não tenham sido executados serviços, foram enviados recursos financeiros, o que mostra a fragilidade do erário municipal para lidar com as secas daquela época.

Na "Fome de Noventa", Neves (1908a) afirmou que o governo estadual enviou 150 contos em dinheiro, beneficiando Monte Azul, Rio Pardo, Salinas, Grão Mogol e Araçuaí. Também com recursos fornecidos pelo Estado, a Câmara Municipal de Diamantina abriu cozinhas em diversas ruas e praças da cidade para fornecer comida (Arno, 1951). Pavie (1988), memorialista de Itamarandiba, relata que as lideranças políticas não conseguiam encontrar consenso para agir. Foi o Padre João Afonso, que em 1891, empregou muitos imigrantes no trabalho de transportar pedras para o calçamento das ruas centrais da cidade.

Diante das secas, já no início do século XX Neves (1919) defendia uma proposta de convivência com o semiárido e ação do Estado. O autor apresentou um conjunto de propostas, que podem ser resumidas da seguinte maneira: I) informar toda a população; II) limitar exportações e armazenar alimentos; III) estimular o cultivo de variedades

adaptadas ao clima, principalmente mandioca; IV) prover os domicílios de água do subsolo; V) reduzir os rebanhos antes da seca prevista; VI) armazenar pasto e forragem seca, usando sobretudo abundantes plantas nativas adaptadas; VII) organizar transumâncias, levando gado da caatinga para chapadas de gerais; VIII) abrir ferrovias e fazer obras, para criar empregos através da ação do Estado; IX) tratar a seca como uma questão agrária, e não de obras, mais afeita à agronomia do que à engenharia; X) discutir secas como assunto nacional, com condução pelo Estado, no que diz respeito à unidade e à distribuição da população; XI) divisão da terra e eliminação dos terrenos usados em comum. Contudo, parece que a proposta de Neves (1919) não encontrou ressonância; a ideia de “combate às secas” permaneceu firme até os fins do século XX pelo menos, embora várias das propostas tenham sido incorporadas às demandas de organizações da sociedade civil do Semiárido.

Havia cuidados com a saúde pública, em razão das doenças que se espalhavam nos períodos de seca, na trilha da insegurança alimentar e das condições sanitárias disponíveis para migrantes. A título de exemplo, em 1938, em Montes Claros se vacinaram contra varíola e febre tifoide 45 mil pessoas. Além disso, o Estado distribuía alimentos e executava obras de emergência, principalmente na abertura de estradas (Paula, 1957; Braz, 1977).

Nas últimas cinco décadas do século XX, com a inclusão de muitos municípios do Jequitinhonha e Norte de Minas no polígono das secas, o Estado intensificou suas ações de “combate às secas”: poços artesianos/tubulares foram abertos, obras de barragens e açudes foram feitas e empregos emergenciais foram criados com a abertura de estradas (Vianna, 1964; Pires, 1987; Macedo, 1996; Miranda, 1997; Pires, 2001; Souza, 2001; Santanna, 2003; Marques, 2007; Oliveira, 2008).

Considerações finais

No Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais, os registros de memorialistas, viajantes e cronistas confirmam as percepções de conhecedores tradicionais, que concebiam a seca no decorrer dos séculos XIX e XX como um fato climático frequente e cíclico, muito antes das atuais interpretações sobre o Semiárido. Contudo, a distribuição

irregular e a escassez de chuvas seguiram sendo abordadas e enfrentadas como se fossem eventos anormais, inesperados e imprevisíveis.

Na esteira dessa perspectiva de atuação pública, os registros associam as secas à falta de disponibilidade de águas, à insuficiência da produção agrícola e a morte de animais, afetando a alimentação, a saúde, a qualidade de vida e os costumes das populações, que precisaram fazer escolhas relacionadas à gestão das fontes e à partilha das águas. As comunidades precisaram adaptar os modos pelos quais se relacionavam com as águas e com a natureza, bem como o estilo de consumo, o trabalho, a produção e às vezes até o domicílio.

Em razão da distribuição desigual de acesso a recursos naturais, terra, renda, direitos e poder, as sociedades foram impactadas pelas secas de maneiras distintas; seus efeitos se manifestaram conforme os contextos naturais, temporais, territoriais, sociais e econômicos, sendo que geralmente os pobres foram mais afetados. Identificados os efeitos sociais atrelados às secas nas sociedades, que geralmente fundamentam associações genéricas, simplórias e infundadas sobre o semiárido, percebeu-se que os impactos dos fenômenos climáticos foram mediados pelos contextos socioeconômicos, que variaram conforme a época, o lugar e a forma de concepção vigente sobre as secas. Não foram encontradas nas fontes pesquisadas evidências concretas de privatização ou desvios dos fundos públicos nos séculos XIX e XX.

Tão evidente quanto as diferentes formas de se perceber e relacionar com o fato climático, são os aprendizados, as concepções produtivas cíclicas, as adaptações e as estratégias de convivência com o clima e com a natureza, desenvolvidas e replicadas por sociedades do Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais. Em oposição à culpabilização do clima e na contramão da perspectiva da escassez, muitas vezes difundidas por políticas públicas de enfrentamento às secas, os relatos analisados sistematicamente na bibliografia pesquisada indicam no curso dos séculos XIX e XX conhecimentos localizados de compreensão, naturalização e aprendizado nas relações das sociedades com os eventos climáticos.

Agradecimentos

Os autores agradecem aos apoios do Instituto Cultural Amílcar Martins (ICAM), da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Referências

- ARNO, Ciro. **Os jatobás**: cenas da vida norte-mineira. Rio de Janeiro: [s.n.], 1951. 226 p.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- BRASIL, Henrique de Oliva. **De Contendas a Brasília de Minas**: monografia. Belo Horizonte: Ed. São Vicente, 1977. 512 p.
- BRASIL, Henrique de Oliva. **História e desenvolvimento de Montes Claros**. Belo Horizonte: Lemi, 1983. 234 p.
- BRAZ, Brasiliano. **São Francisco nos caminhos da história**. São Francisco: Lemi, 1977. 611 p.
- BRÁZDIL, Rudolf.; KISS, Andrea.; LUTERBACHER, Jürg.; NASH, David J.; ŘEZNÍČKOVÁ, Ladislava. Documentary data and the study of past droughts: a global state of the art. **Clim. Past**, v. 14, p. 1915–1960, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5194/cp-14-1915-2018>.
- CAMPOS, José Nilson Bezerra Campos. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 28, n. 82, p. 65-88, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142014000300005>.
- CAMPOS, Karla Celene. **Ventos e vivências no Brejo das Almas**. Belo Horizonte: Cuatiara, 1998.
- CARVALHO, Orlando Magalhães. **O rio da unidade nacional**: o São Francisco. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1937. 158 p.
- COTRIM, Dário Teixeira. **Ensaio histórico do distrito de Serra Nova, município de Rio Pardo de Minas**. Rio Pardo de Minas: Gráfica Rio Pardo Ltda., 2000. 180 p.
- CUNHA, Luis Henrique Cunha. Desigualdades nos padrões de acesso à água e limites da cidadania hídrica em comunidades rurais do semiárido. **Desenvolv. Meio Ambiente**, Curitiba, v. 55, Edição especial - Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens, p. 99-116, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5380/dma.v55i0.73371>.

DUARTE, José de Cortês. **Vultos sem história**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972. 268 p.

ESTEVES, Manuel. **Grão Mogol**. Rio de Janeiro: Liv. São José, 1961. 108 p.

FERREIRA, Luiz de Paula. **Na venda de meu pai**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2006. 200 p.

GARNERO, Gabriel. La Historia Ambiental y las Investigaciones Sobre el Ciclo Hidrosocial: Aportes para el Abordaje de la Historia de los Ríos. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha** v. 8, n. 2, p. 91-120, 2018. DOI: <https://doi.org/10.32991/2237-2717.2018v8i2.p91-120>.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Arthur Jardim de Castro. **Água quente ou Montezuma**. Belo Horizonte: Cultura, 1987. 85 p.

GOMES, Gustavo Maia. **Novas secas em velhos sertões**. Brasília: IPEA, 2001, 280 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, 328 p.

LISBOA, Abdênago; LISBOA, Apolo Heringer. **Octacliada: uma odisséia do Norte de Minas**. Belo Horizonte: Canaã, 1992. 340 p.

LOBO, Sebastião. **Na boca do lobo**: crônicas publicadas no jornal Vigia do Vale. Almenara: Edições da Vigia, 2003. 283 p.

MACEDO, Ubirajara Alves. **Retrospectiva histórica e geográfica do município de Coração de Jesus**. Belo Horizonte: Plurart's, 1996. 202 p.

MACHADO, Fernando da Matta. **Navegação do Rio São Francisco**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002. 434 p.

MARQUES, Emirani Quaresma. **Joáima conta sua história**. Belo Horizonte: Técnica Composição e Arte, 2007. 412 p.

MIRANDA, Agenor Augusto de. **O Rio de São Francisco**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1936. 149 p.

MIRANDA, Avay. **Taiobeiras**: seus fatos históricos. Brasília: Thesaurus, 1997. 2 v.

MORAIS, João Batista Dantas de. **Cachoeiras de Pajéu**: fragmentos de um passado; de um presente ainda vivo: visão de um futuro! Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1998. 235 p.

MORLEY, Helena. **Minha vida de menina**: cadernos de uma menina provinciana nos fins do século XIX. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942. 385 p.

- NEVES, Antonino da Silva. Chorographia do Município de Boa Vista do Tremedal – Estado de Minas Geraes. **Revista do Archivo Publico Mineiro**, p. 219-354, 1908a.
- NEVES, Antonino da Silva. **Chorographia do município de Rio Pardo**: Estado de Minas Gerais. [s.l.: s.n.], 1908b.
- NEVES, Antonino da Silva. **A sêcca de 1919**: nordeste, a Bahia e o norte de Minas Geraes. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1919. 88 p.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja**: de sesmaria ao minifúndio. 2. ed. Salvador: EdUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2008.
- OLIVEIRA, Palmyra Santos. **Porteirinha**: memória histórica e genealogia. Belo Horizonte: O Lutador, 2008. 379 p.
- PAULA, Hermes de. **Montes Claros**: sua história, sua gente e seus costumes. Rio de Janeiro: Minas Gráfica, 1957.
- PAVIE, Paulo. **Histórias de Itamarandiba**. Belo Horizonte: Imprensa Universitária, 1988. 109 p.
- PEREIRA, Leopoldo. **O município de Araçuaí**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1969. 137 p.
- PIRES, Simeão Ribeiro. **Gorutuba**: o padre e a bala de ouro. Belo Horizonte: Barvalle, 1987. 154 p.
- PIRES, Simeão Ribeiro. **Serra geral**: diamantes, garimpeiros e escravos. Belo Horizonte: Cutiara, 2001. 330 p.
- POEL, Francisco van der. **O rosário dos homens pretos**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1981. 302 p.
- PROENÇA, Manoel Cavalcanti. **Ribeira do S. Francisco**. Rio de Janeiro: Gráf. Laemmert, 1944. 190 p.
- RIBEIRO, Eduardo Magalhães (org.). **História dos gerais**. Belo Horizonte/MG: Editora UFMG, 2010, 329 p.
- RIBEIRO, Eliane Maria Fernandes. **Bocaiúva**: sociedade e espaço. Belo Horizonte: Graphilivros, 1988. 180 p.
- SAINT-HILAIRE, August de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. 378 p.
- SAMPAIO, Theodoro. **O Rio de S. Francisco**: trechos de um diário de viagem. Rio de Janeiro: Liv. J. Leite, 1937. 468 p.
- SANTANNA, Geraldo Paulino. **O caminho de volta ou a travessia do deserto**: memórias. Belo Horizonte: Rona, 2003. 300 p.

SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Districto Diamantino da comarca do Serro Frio**: província de Minas Geraes. Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1868. 438 p.

SILVA, Jeter Liano da; RIBEIRO, Eduardo Magalhães; LIMA, Vico Mendes Pereira; HELLER, Léo. As secas no Jequitinhonha: demandas, técnicas e custos do abastecimento no semiárido de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 22, e202013, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202013>.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2006, 298 p.

SOL, Otelino Ferreira. **Salto da Divisa e outras considerações**. Belo Horizonte: UFMG, 1981. 155 p.

SOUZA, Joanésio Cardoso de. **Medina**: parte da sua história, causos e curiosidades. Vespasiano: FariGráf, 2001. 135 p.

TSCHUDI, Johann Jkob von. **Viagens através da América do Sul**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2006.

VELOSO, Ana de Souza Melo. **Espinosa**: passado e presente. Belo Horizonte: Minas Gráfica Editora, 1974. 199 p.

VIANNA, Nelson. **Efemérides montesclarenses**: 1707-1962. Rio de Janeiro: Pongetti, 1964. 695 p.

VIANNA, Nelson. **Serões montesclarenses**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1972. 355 p.

Recebido em 17/04/2025.

Aceito para publicação em 08/08/2025.
